



INCLUSÃO SOCIAL E INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO AMBIENTE ESCOLAR

Edinalva Silva Costa dos Santos¹
Elisete Aparecida Souza Nunes²
Elisangela Maura Catarino³

RESUMO: Este estudo teve como proposta principal promover uma reflexão sobre o problema da inclusão social e inclusão do deficiente no ambiente escolar, garantido na Constituição Federal de 1988 e LDB/ 9394/96. Sabe-se que o problema da inclusão das crianças no ambiente escolar, passa por outras questões de ordem econômica, além da discriminação oriunda também do poder aquisitivo, da cor da pele, de gênero dentre outros. Este estudo se referiu as questões vinculadas aos direitos constitucionais tanto das crianças em geral quanto as deficientes de terem uma educação de qualidade. Para realização deste trabalho utilizou-se como metodologia, um estudo em referenciais bibliográficos pautados em leituras de artigos, revistas, livros, sendo na sua maioria disponíveis via online, dentre outras, no intuito de adquirir informações relevantes sobre a temática que nos permitiram um conhecimento mais preciso acerca desse assunto. Os estudos e pesquisas em legislações e documentos, comprovam que existem programas e políticas públicas que disponibilizam salas multifuncionais para atendimento as crianças especiais que apresentam algum tipo de deficiência, transtornos, ou dificuldades de aprendizagem, e crianças com altas habilidades, porém mostrou também que as crianças ditas normais com dificuldades de aprendizagem também tem direitos iguais de aprendizagem perante a lei. Portanto sabe-se que a inclusão escolar é algo bastante complexo e responsabilidade não só da escola como dos pais e da sociedade. Porém a legislação garante aos deficientes salas especiais, metodologias adequadas, profissionais qualificados. Uma conquista garantida na lei que precisa ser efetivada de fato em todas as escolas em benefício de todos e não só de alguns. Em especial aos educandos com necessidades educativas especiais.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Necessidades Educativas. Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Com este trabalho pretende-se fazer uma reflexão sobre a inclusão social e inclusão do deficiente no ambiente escolar. Pois sabendo que para ingressar no ensino superior com qualidades, habilidades e competências o educando necessita de uma excelente formação desde do início.

A inclusão escolar de crianças com necessidades especiais educativas é um assunto complexo, pois abrange um conhecimento e aceitação por parte da família, da escola dos professores, dos funcionários, dos gestores, ou seja, a causa da inclusão deve ser abraçado por toda a comunidade escolar envolvida e sociedade em geral. A instituição de ensino precisa estar equipada e preparada para receber e lidar com essas pessoas especiais. Neste sentido os profissionais que vão lidar com eles, devem ser bem formados e informados sobre como lidar

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia, UNIFIMES, participam do grupo de pesquisa do NEPEM na área de inclusão. edicosta9959@gmail.com

² Acadêmico do curso de Pedagogia, UNIFIMES, participam do grupo de pesquisa do NEPEM na área de inclusão. elisetesouzanunes3@gmail.com

³ Professora adjunta na disciplina de Leitura e compreensão e Produção de texto, pela UNIFIMES e pesquisadora do NEPEM na área da inclusão. maura@unifimes.edu.br



com essas crianças especiais, sejam elas deficientes, físicas, visuais, auditivas, ou que tem algum tipo de transtorno, ou dificuldade de aprendizagem.

É um direito garantido por lei, que essas crianças recebam numa escola regular atendimentos especiais com professores qualificados e habilitados a oferecê-los práticas pedagógicas adequadas a cada tipo de deficiência ou transtorno. Se os seus direitos forem garantidos conforme prevê a legislação, os resultados de aprendizagem podem ser bastante favoráveis, e contribuir de forma efetiva para que realmente eles sejam incluídos no processo educacional, social e no mercado de trabalho, tornando-os excelentes profissionais, com competências e habilidades, assim como os ditos “normais” ou até melhor que eles.

METODOLOGIA

Este estudo adotou como metodologia uma revisão bibliográfica com base em artigos, e outros trabalhos científicos publicados em sites via online. A revisão bibliográfica é indispensável para a delimitação do problema em um projeto de pesquisa e para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um tema, sobre suas lacunas e sobre a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento (LAKATOS E MARCONI, 2010).

A pesquisa foi qualitativa buscando relacionar ideias que possam contribuir para a reflexão da inclusão e por que não a mudança de atitudes e comportamentos por parte da sociedade, dos pais, escolas e gestores.

Diversos autores foram consultados para a sustentação da reflexão sobre o assunto em questão, dentre eles estão os mais importantes: Schwartzman, Ainscow, Pacheco, Ramos. Rodrigues (2000), um dos grandes estudiosos no assunto traz a seguinte concepção do que para ele é a educação inclusiva,

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade. (RODRIGUES 2000, p. 10),



O autor, faz uma excelente abordagem sobre a educação inclusiva, na sua opinião ela inclui não só os especiais com algum tipo de deficiência ou transtorno, mas sim garante uma inclusão para todos sem distinção como bem define a Constituição Federal e legislação educacional nacional. Isso nos instiga a pensar como seria relevante satisfatório para a sociedade como um todo e em especial aos que mais necessitam recebendo de fato o tratamento a que cada um tem direito, independente de ser ou não deficiente, independente também da classe social a que pertence.

Essa é a inclusão defendida por Rodrigues (2000) e que todas as crianças tem direito e esta assegurada na Constituição e na legislação educacional e nas políticas educacionais brasileiras a partir de 1988.

O estudo foi organizado em partes sendo elas a introdução, a metodologia, o papel da escola e da sociedade para uma inclusão humana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 A inclusão Escolar na Constituição Federal, LDB9394/96 e Plano Nacional de Educação.

Segundo o art. 58 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996; “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.” Os objetivos da educação especial são os mesmos da educação em geral, o que difere é o atendimento, que passa ser de acordo com as diferenças individuais do educando.

A educação inclusiva tem como objetivo estabelecer diretrizes para a formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão e acesso de pessoas com necessidades especiais nos sistemas educacionais ao redor do mundo, incentivando a orientação inclusiva em escolas regulares como estratégia eficiente contra atitudes discriminatórias.

O Plano Nacional de Educação (2011-2020) considera como público alvo da educação inclusiva educandos com deficiência intelectual, física, auditiva, visual e múltipla, alunos com transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades.

A inclusão escolar tem sido bastante discutida, pois está cada vez mais crescente o ingresso de crianças portadoras de alguma necessidade especial na rede regular de ensino.

Na Constituição Federal, determina no Art. 205 que a educação é direito de todos, e a Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, a qual define as diretrizes nacionais para a educação



especial na educação básica, determina que as escolas do ensino regular devem matricular todos os alunos especiais em suas classes comuns, com os apoios necessários.

A filosofia da inclusão, por sua vez, precisa ser interpretada, divulgada e planejada corretamente, afim de produzir resultados adequados. Neste sentido, campanha de esclarecimento sobre a educação inclusiva, levada a efeito pelos setores público e privados junto à sociedade, muito contribuirá para torná-la realidade. (SCHWARTZMAN, 1999, p. 262).

A inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares tem muitos benefícios dentre eles, faz com que as crianças tidas como “normais” consigam desde pequena respeitar e valorizar o diferente de forma consciente e natural. Para que as crianças tenham sucesso no seu desenvolvimento precisam de muitos estímulos, no caso das crianças com necessidades educativas especiais esses estímulos precisam ter maior frequência.

2 Inclusão e Educação inclusiva: Papel da família da escola e da sociedade

A escola tem o papel fundamental no processo de inclusão, a LDB, 9394/96 assegura a todos os cidadãos brasileiros uma educação de qualidade como direito de todos, sendo a sua oferta responsabilidade do poder público. Assegura também que essa oferta seja feita respeitando a individualidade e as especificidades de cada indivíduo seja ela criança, adulto ou idoso.

Perante a lei todas as crianças são especiais no que tange aos direitos de receberem uma educação de qualidade. Todas elas são diferentes umas das outras e aprendem cada um a seu tempo e a seu modo. Sofia Freire (2008) analisa a inclusão a partir de quatro eixos: o primeiro se refere a inclusão como direito fundamental, o segundo obriga a sociedade a repensar a diferença e a diversidade, o terceiro coloca a sociedade para repensar a escola (e o sistema educativo) só a partir desses três eixos é possível constituir um veículo de transformação da sociedade este é o quarto eixo.

Segundo a autora é dever da escola e sociedade como um todo aceitar a diversidade, e assim evitar a exclusão, no sentido de conscientizar todos sobre o problema e incentiva-los a contribuírem para que todos os alunos sejam bem-sucedidos e não só alguns como vem acontecendo. É um trabalho difícil e desafiador tanto para a família quanto para os profissionais da educação, matricular e manter essas crianças na escola, pois vivemos numa sociedade onde os estereótipos, os bens materiais e o poder de consumo tem mais valor do que os direitos humanos.



A sociedade vive um novo momento, onde os valores são outros, há uma necessidade urgente de mudanças de atitudes, haja visto que existem outras diferenças reais que devem ser respeitadas independente das diferenças oriundas das deficiências, físicas, auditivas, psicológicas, transtornos. Como exemplo muito vivo que atinge uma grande parcela da sociedade ao longo da nossa história, estão as diferenças de poder aquisitivo de um lado encontram-se os menos favorecido economicamente, os negros, que sempre estiveram a margem da sociedade e são vítimas do preconceito.

Pensando nisso, a educação pode ser o caminho para a mudança de comportamento, passando informações que permitam combater o preconceito.

Por muito tempo acreditava que as crianças com necessidades educativas especiais não fossem capazes de aprender e se desenvolver cognitivamente. Ao longo de muitos anos essas pessoas foram consideradas as margens, sem direitos até de sobreviver. Porém ao longo da nossa a história as lutas em defesa dessas pessoas foi resultando em conquistas.

Conquistas essas que a Constituição Federal de 1988, assegurou, concedendo a essas crianças os mesmos direitos de uma criança dita “normal”. Os estudos mostram que essas crianças, são dotadas de inteligência e são capazes de aprender e quando estimuladas bem cuidadas e tratada com dignidade, pelos adultos no ambiente familiar, por profissionais preparados no ambiente escolar com certeza terão chances de aprenderem e exercerem profissões com capacidade e competência.

Sabe-se que a escola e os profissionais da educação têm um papel preponderante nesse processo de inclusão, porem precisa se unir a família e a sociedade em defesa de uma inclusão escolar e educacional para todos: ricos, pobres, deficientes, com transtorno, e com dificuldades de aprendizagem. A inclusão deve ser para todos e não só para os deficientes.

RESULTADOS ESPERADOS.

Espera-se que este trabalho contribua para a reflexão e o repensar sobre a educação inclusiva tanto no âmbito escolar quanto social.

Percebe-se que o problema da inclusão no Brasil é bem mais complexo do que se imagina e não pode ser visto somente a partir da exclusão dos deficientes e sim a partir da exclusão social resultante do sistema econômico capitalista que exclui uma maioria com menor poder aquisitivo em detrimento de uma maioria que vive a margem da sociedade e da escola. Sem contar ainda com as discriminações oriundas da cor, da etnia, de gênero que sofrem fortes preconceitos.



Neste sentido o estudo, nos fez perceber que o problema da inclusão é muito mais complexo e não pode ser resolvido apenas, a partir da inclusão dos deficientes e sim de todas as crianças que frequentam a escola e muitas delas são excluídas dela por algum motivo que não ao da deficiência de qualquer natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse trabalho pode-se constatar que o problema da inclusão não passa e não se resolve apenas incluindo ou colocando na escola os deficientes ou alunos especiais. É preciso repensar os valores da sociedade atual, que subestima os valores subjetivos em detrimento dos estereótipos, que estão em alta neste início de século. Não se pode deixar que eles sejam superiores, ou seja, mais valiosos do que o humano.

As crianças são seres inteligentes com grandes possibilidades, mas para que isso seja possível os pais, juntamente com os profissionais da educação em especial os professores e sociedade em geral precisam assumir a responsabilidades de incluir todos nas atividades pedagógicas, para que tanto ricos, quanto, pobres, quanto negros quanto outros discriminados por outros motivos consigam aprender efetivamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm acessado em 3 de novembro de 2018;

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf acessado em 3 de novembro de 2018.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf> acessado em 3 de novembro de 2018.

BRASIL. **O PNE 2011-2020: METAS E ESTRATEGIAS**. Disponível em http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf acessado em 3 de novembro de 2018;

CASSIMIRO, Patricia Rocha. **Educação Especial**. Disponível em <https://www.infoescola.com/pedagogia/educacao-especial/> acessado em 24 de setembro de 2018;

DIAS, Marian Ávila de Lima e, ROSA, Simone Conceição, ANDRADE, Patrícia Ferreira. Artigo: **Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua**



implementação. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v26n3/1678-5177-pusp-26-03-00453.pdf> acessado em 22 de setembro de 2018.

Diretrizes para elaboração do Referencial Teórico e Organização de Textos Científicos – Adaptado por José Luis Duarte Ribeiro a partir de texto original elaborado por Flavio Fogliatto e Giovani da Silveira. Disponível em <http://posgraduando.com/como-fazer-uma-revisao-bibliografica/> acessado em 3 de novembro de 2018.

FERREIRA, Michele Marcelina. **Artigo Educação inclusão.** <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf> acessado em 16 de setembro de 2018;

FREIRE, Sofia. **Artigo: Um olhar sobre a inclusão.** Disponível em < <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclusão.pdf> > Acessado em 22 de setembro de 2018;

HAETINGER, Max Gunther. **Blog Pedagogia e Didática.** Disponível em <http://pedagogiadidatica.blogspot.com/2010/11/didatica-jose-carlos-libaneo.html> acessado em 24 de setembro de 2018.

PEREIRA, Lucila Conceição. **Educação Inclusiva.** Disponível em < <https://www.infoescola.com/pedagogia/educacao-inclusiva/> > acessado em 24 de setembro de 2018;

RODRIGUES, D. (2000). **O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível.** *Inclusão*, 1, 7-13. < <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclusão.pdf> > acessado 15 de setembro de 2018.

SCHWARTZMAN, 1999, p.262 apud FREIRE, Sofia, 2008). **Um olhar sobre a inclusão.** <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclusão.pdf> Acessado em 15 de setembro de 2018;

Social, Assessoria de Comunicação. **Ações com foco em populações vulneráveis garantem educação.** <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31872-educacao-inclusiva> acessado em 15 de setembro de 2018;

UNIT. **Como fazer uma revisão bibliográfica.** Disponível em <https://www.facipe.edu.br/blog/noticias/como-fazer-uma-revisao-bibliografica/> acessado em 22 de setembro de 2018;